ATA DA 33ª (TRIGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º
(SEGUNDO) PERÍODO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ITAGUAÍ – RJ

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Itaguaí, sito à Rua Amélia Louzada, nº 277 – Centro reuniram-se os Senhores Vereadores para a 33ª Sessão Ordinária do 2º período do ano de 2015. Procedida a chamada nominal responderam presente os seguintes Vereadores: Nisan César dos Reis Santos – Presidente; Noel Pedrosa de Mello – Vice Presidente; Willian Cezar de Castro Padela – 2º Vice Presidente; Eliezer Lage Bento – 1º Secretário; Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro – 2º Secretário; Abeilard Goulart de Souza Filho; Genildo Ferreira Gandra; Jailson Barboza Coelho; José Domingos do Rozário; Luiz Fernando de Alcântara; Márcio Alfredo de Souza Pinto; Marco Aurélio de Souza Barreto; Mirian Pacheco da Silva; Roberto Lúcio Espolador Guimarães e Silas Cabral e deixando de comparecer os Vereadores Jorge Luís da Silva Rocha e Vicente Cicarino Rocha. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão e convidou o Ver. Eliezer a proceder a Leitura Bíblica: Salmo 70. Em seguida, na ausência momentânea do 2º Secretário, o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário que realizasse a leitura das Atas das Sessões anteriores, cito Ata da 32ª Sessão Ordinária, 30ª e 31ª Sessões Extraordinárias do 2º Período de 2015. Terminada a leitura das Atas, o Sr. Presidente as colocou em discussão e votação, sendo as mesmas aprovadas. Solicitou então ao 1º Secretário que realizasse a leitura dos expedientes: **Expedientes Recebidos: Mensagem GP nº 44/2015** de 28/09/2015. Encaminhando Projeto de Lei que “Propõe instituir tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no Município de Itaguaí”. (a) Weslei Gonçalves Pereira – Prefeito. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Projeto de Emenda a Lei Orgânica** de autoria de 1/3 dos Vereadores. Altera o Artigo 236 da Lei Orgânica Municipal. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício GP nº 567/2015** de 28/09/2015. Encaminhando Veto Integral a Lei nº 3.341. (a) Weslei Gonçalves Pereira – Prefeito. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício GP nº 568/2015** de 28/09/2015. Encaminhando Veto Integral a Lei nº 3.343. (a) Weslei Gonçalves Pereira – Prefeito. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para

emitir Parecer. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício GP nº 569/2015** de 28/09/2015. Encaminhando Veto Parcial a Lei nº 3.342. (a) Wesley Gonçalves Pereira – Prefeito. **Despacho:** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir Parecer. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício SG nº 260/2015** de 29/09/2015. Encaminhando a Lei nº 3.344/2015 Sancionada. (a) Luiz Felipe de Siqueira Aranha – Secretário de Governo. **Despacho:** Ciente. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Expedientes Expedidos: Ofício nº 135/2015** de 30/09/2015. Informando a aprovação da Indicação nº 86/2015. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 136/2015** de 30/09/2015. Informando a aprovação da Indicação nº 87/2015. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 137/2015** de 30/09/2015. Informando a aprovação da Indicação nº 88/2015. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 138/2015** de 30/09/2015. Encaminhando cópias da Lei nº 3.355/2015, devidamente aprovada por este Legislativo, para Sanção. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Ofício nº 139/2015** de 30/09/2015. Encaminhando cópias das Emendas a Lei Orgânica do Município nºs 073 e 074/2015, devidamente Promulgadas por este Legislativo Municipal, bem como cópia das respectivas publicações, para conhecimento. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. Dando prosseguimento a Sessão, o Sr. Presidente passou à **Ordem do Dia**, solicitando ao 1º Secretário que realizasse a leitura dos documentos constantes de pauta: **Requerimento nº 141/2015:** Moção de Congratulações e Elogios ao Sr. Manoel Holanda Cavalcante Filho e a Srª Tânia da Silva Cavalcante. (a) Willian Cezar - Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Requerimento nº 142/2015:** Moção de Congratulações e Elogios a Professora Daniele Guimarães de Paula Azevedo. (a) Willian Cezar - Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 89/2015:** Solicitando estudos de viabilidade objetivando a construção de espaço público na cachoeira de Bairro Itimirim. (a) Marco Barreto - Vereador. O Vereador autor disse não ter esquecido o que foi dito na sessão passada sobre os parques recursos, mas o fomento ao turismo alavanca toda e qualquer economia. Afirmou perceber que Itaguaí esse setor é um pouco esquecido mesmo tendo quatro cachoeiras, vários mananciais, a mata, que percebe que esse setor ainda não é uma engrenagem na economia. Disse ter sido recentemente convidado a ir à Serra do Piloto, onde teria comida caseira, com excelente visual. Lembrou ter sido procurado por moradora do Itimirim na época da campanha, ouvindo muitas críticas, em Itingussú da falta de manejo dos resíduos sólidos das oferendas dos centros que lá existem e em relação à Itimirim da redução do volume de água da cachoeira. Acrescentou que na agenda de desenvolvimento sustentável também consta turismo como fonte

de renda e desenvolvimento sustentável e que nenhum governo pode esquecer. Disse que a justificativa em relação à indicação se baseia no marco pós 2015 de redução de desastres que foi adotado na terceira Conferência Mundial de Redução de Desastres. Lembrou que em 2014 realizou indicação relacionada à Itimirim, pois paralela existia um riacho, atualmente um valão, cujo esgoto corre a céu aberto e dá exatamente na cachoeira. Disse que a construção de um espaço público na cachoeira de Itimirim deve promover uma mudança de paradigma, reduzir riscos de desastres, desmatamento, construções ilegais sem vistoria técnica, recordando a esse respeito ter enviado ofício ao Presidente para entender como funciona a liberação, a legislação pertinente, pois foi procurado e indagado sobre vistorias técnicas das edificações. Destacou existir em Itimirim um avanço em termo de construções que são ilegais por serem em encostas e pelo lançamento de esgoto a céu aberto e de materiais tóxicos em fossas. Nesse ponto, lembrou que quando morava em Itingussú não havia água encanada e com a chegada da Rio Santos moradores chegaram para ficar na margem do Rio. Disse que estudava em Itacuruçá, bebiam daquela água e com a chegada dos novos moradores o esgoto foi para a cachoeira. Disse que procuraram a Prefeitura na época, mas por falta de recursos financeiros não foi realizada obra e a solução era ir ao morro, no sítio da Dona Benedita em que passava cano da CEDAE, para buscar baldes de água para abastecer de água potável. Afirmou que atualmente não há tratamento, que o esgoto vai direto para a cachoeira e direto para a bacia de Sepetiba. Salientou que a construção do espaço público melhorará a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando o despejo de produto químico, desenvolverá e implementará ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento para o turismo sustentável que gerará empregos, promoverá cultura e os produtos locais. Lembrou o alarido com a chegada do Sítio Chaminé e a construção das represas em um empreendimento particular. Disse querer um público, que volta a um assunto pertinente, pois sabe que a indicação não é obrigatória, mas quer, com a consciência, com a participação, em algum momento tornar o verbo ação. Afirmou esperar que o turismo como empreendimento sustentável, ressaltou o evento realizado no dia anterior relacionado ao micro empreendedor, frisando que a população tradicional que mora nas cachoeiras muitas vezes quer uma chance para desenvolver o seu empreendimento dentro do novo conceito de responsabilidade e sustentabilidade compartilhada. O Ver. Jailson disse que para aumentar o volume de água e preciso recuperar a nascente, prevenindo o desmatamento. Exemplificou narrando sua recente visita ao Município de Extrema, onde os projetos de recuperação de nascentes patrocinado pela Prefeitura, afirmando ser simples, bastando plantar árvores e acolchoar a nascente e, em cerca de um ano e meio a água retorna a qualquer

manancial. O Ver. Marco recordou que seu primeiro projeto na Câmara foi o reflorestamento da mata ciliar das cachoeiras de Itingussú, Itimirim, Mazomba e Palmeiras, sabendo que o desmatamento começou a diminuir o volume da água, que antes era equivalente a duas pessoas altas e onde se encontrava cará e bagre e nadava, mas hoje é um filete e pode acontecer o mesmo em Itimirim. Disse ser de um partido militante, que de repente a militância se afastou do engajamento político, que é preciso voltar às ruas de forma criteriosa estimulando as ações e as pessoas sejam conscientes que a água está acabando. O Ver. Jailson complementou o proprietário recebe cerca de um salário para cada hectare preservado que contenha nascente. O Ver. Silas Cabral destacou que o Vereador Jailson tocou em um ponto importante que é o reflorestamento, que é fácil por existir poucas famílias, com atividade agrícola pequena, frisando que a área está dentro do Parque Estadual de Cunhambebe e cabe ao Governo do Estado providenciar isso, pois grande parte do abastecimento de água vai depender disso já que com o guandu a maior parte da água do Rio Guandu vai ser utilizada na baixada e é necessário preservar nossas águas na serra. Disse que o Vereador Jailson lembrou bem que é um projeto fácil de ser feito e em pouco tempo se recupera. Aproveitou a oportunidade e registrou a presença do empresário Vadico, pré-candidato a Prefeito pelo PSDB, dando as boas vindas a esta Câmara. **Despacho:** Aprovado. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 90/2015:** Solicitando asfaltamento na Rua das Orquídeas, trecho localizado ao lado da quadra da Escola Municipal das Acácias no Bairro Parque Primavera. (a) Luiz Fernando - Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Indicação nº 91/2015:** Solicitando recuperação das cabeceiras e alargamentos da ponte situada na Rua 16 de encontro com Rua 17 na Gleba A - Chaperó. (a) Luiz Fernando - Vereador. **Despacho:** Aprovado. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Lei nº 3.356:** Autoriza o Poder Executivo do Município de Itaguaí de criar o Projeto “Guarda Mirim Municipal” nas condições específicas e dá outras providências. O Prefeito Municipal de Itaguaí- RJ; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a criar o Projeto Guarda Mirim Municipal sob a coordenação da Guarda Municipal e Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Art. 2º A Guarda Mirim Municipal será instituída por adolescentes selecionados sob faixa etária de 14 a 17 anos de idade, devidamente matriculados e com frequência nas Unidades Públicas de Ensino do Município de Itaguaí. Parágrafo Único. No processo de seleção dos menores terá preferência os adolescentes cujas famílias tenham renda familiar de até 02 (dois) salários mínimos. Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com: I- Entidades Públicas e Privadas; II- Instituições sociais e

culturais; III- Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN; IV- Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro; V- Outras entidades que tenham por finalidade fomentar a Guarda Mirim Municipal. Parágrafo Único. A celebração de convênios de que trata o caput deste Artigo, visa: o recrutamento, seleção, treinamento, contratação e acompanhamento de menores gerenciamentos administrativo-financeiro da Guarda Mirim do Município de Itaguaí. Art. 4º As atividades terão duração de 4 (quatro) horas de trabalho, e serão incluídos nos programas de aprendizagem, matérias como informática, aula de cidadania e inclusão social, bem como atividades recreativas e culturais. Art. 5º O jovem infrator indicado para participar da Guarda Mirim deverá passar por exames psicológicos e de conduta social. Art. 6º Aos participantes da Guarda Mirim serão fornecidos uniformes e alimentação. Art. 7º Os adolescentes participantes o Projeto Guarda Mirim Municipal, receberão uma bolsa auxílio no valor estipulado pelo Executivo Municipal. Art. 8º O Guarda Mirim do Município de Itaguaí terá por finalidade: I- Participar de campanha de natureza educativa e preventiva, no Município de Itaguaí; II- Prestar serviços as instituições econômicas e sociais da comunidade; III- Prestar serviços, dentro de suas limitações, em situações de emergência e calamidade pública; IV- Auxiliar na orientação e disciplina do trânsito de veículos e pedestres; V- Fiscalizar e explorar os estabelecimentos existentes nas vias e logradouros. Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Resolução nº 06/2015:** Dispõe sobre o desmembramento da Comissão de Segurança Pública e Atenção à Criança, ao Adolescente e ao Jovem, a criação da Comissão de Atenção à Criança, ao Adolescente e ao Jovem e o estabelecimento das respectivas competências no Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaguaí. Art. 1º Altera a redação do Artigo 55 do Regimento Interno da Câmara, altera a redação do inciso XVII e acrescenta o inciso XVIII, ao Art. 55 do Regimento Interno da Câmara, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 55. As Comissões Permanentes, em número de 18 (dezoito), tem as seguintes nomeações: ... XVII - Comissão de Segurança Pública; XVIII - Comissão de Atenção a Criança ao Adolescente e ao Jovem.” Art. 2º Dá nova redação ao Inciso XVII e acrescenta o Inciso XVIII, ao Artigo 62 do Título V - Das Comissões, Capítulo II - Das Comissões Permanentes, Seção III - Da Competência, do Regimento Interno da Câmara, que passam a vigorar com a seguinte redação: XVII - Comissão de Segurança Pública: a) pronunciar-se sobre assuntos de segurança pública com implicações no âmbito do Município; b) promover estudos e reuniões com especialistas na área de violência, juntamente com a sociedade civil, sobre criminalidade e a segurança pública, propondo medidas necessárias as melhorias da prevenção e proteção da comunidade sob os mais diversos segmentos; c)

coletar regularmente notícias e opiniões veiculadas na mídia sobre a atuação da Segurança Pública no Município; d) atuar junto às esferas dos Governos Federal e Estadual, com intuito de implementar a política de segurança pública no Município; e) apresentar sugestões para o aperfeiçoamento da legislação pertinente sobre a Segurança Pública; f) encaminhar ao órgão competente avaliações periódicas sobre as necessidades relativas à Segurança Pública. XVIII- Comissão de Atenção a Criança ao Adolescente e ao Jovem; a) analisar e emitir parecer nas proposições que tenham por tema ou venham a influenciar na defesa da criança, do adolescente e do jovem; b) fiscalizar atividades e programas que dizem respeito à criança, ao adolescente e ao Jovem; c) promoção de pesquisas, estudos, debates e outras ações envolvendo a criança, o adolescente e o jovem; d) fiscalização do orçamento e da aplicação de recursos públicos municipais destinados a criança, ao adolescente e ao jovem; e) Receber, analisar e examinar denúncias e queixas envolvendo a criança, o adolescente e o jovem, encaminhadas por qualquer pessoa ou entidade, e a elas responder; f) Denunciar aos órgãos competentes, mediante representação, os crimes, as contravenções e as informações que violarem interesses coletivos e/ou individuais da criança, do adolescente e do jovem; g) atuar junto às esferas dos Governos Federal e Estadual, com intuito de implementar os direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude no Município; h) promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação envolvendo a criança, o adolescente e o jovem; Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016. **Despacho:** Aprovado em Discussão Final. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final da Resolução nº 07/2015:** Altera o Artigo 1º e dispositivos dos Artigos 16 e 17 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaguaí. A Câmara Municipal de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, pelos seus representantes legais, Promulga a seguinte Resolução: Art. 1º O Artigo 1º do Regimento interno passa a vigorar com a seguinte redação: “Artº. 1º A Câmara Municipal de Itaguaí é o Órgão Legislativo do Município de Itaguaí, composto de 17 (dezessete) Vereadores eleitos em sufrágio universal, por votos diretos e secretos para mandato de 04 (quatro) anos; tendo a sede no prédio localizada à Rua Amélia Louzada, 277, na cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro; e se reúne ordinariamente, de 02 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.” Art. 2º Altera os §§ 2º e 4º do Artigo 16 do Regimento interno passam a vigorar com a seguinte redação: “Art.16... § 2º As deliberações que forem tomadas por maioria absoluta dos votos da Câmara Municipal de Itaguaí corresponderão, a 09 (nove) Vereadores, que representa o primeiro número inteiro superior imediatamente superior à

metade do total dos membros da Casa Legislativa. § 4º As deliberações que forem tomadas por 2/3(dois terços) dos votos da câmara Municipal de Itaguaí, corresponderão a 12 (doze) Vereadores.” Art. 3º Suprime o § 5º do Artigo 16 do Regimento interno. Art. 4º Altera os incisos I e II do Art. 17 do Regimento Interno, que passam a vigorar com a seguinte redação: “I - por maioria absoluta, sobre: II - pelo voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal:” Art. 5º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Despacho: Aprovado em Discussão Final. Em 01/10/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. **Discussão Final do Decreto Legislativo nº 09/2015:** Fixa em 17 (dezesete) o número de Vereadores que irão compor a Câmara Municipal de Itaguaí para a legislatura 2017/2020. A Câmara Municipal de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, pelos seus representantes legais, Promulga o seguinte Decreto Legislativo: Art. 1º Fica fixado em 17 (dezesete) o número de vereadores que irão compor a Câmara Municipal de Itaguaí, para a legislatura 2017/2020. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

O Sr. Presidente afirmou que um dos grandes avanços trazidos pela Constituição de 1988, foi a capacidade constitucional das cidades de gerir-se e, mais do que isso, torná-lo intocável na categoria de ente federado, compreendendo a competência para determinar, mediante a edição de Lei Orgânica, o número de Vereadores na composição de seu Poder Legislativo. Isto quer dizer que, nem o Judiciário e nem os Legisladores por expressa vedação do Constituinte originário, podem praticar qualquer ato ou ter iniciativa à inibição da estrutura do estado federal. Disse que após a emenda Constitucional 58/2009 ser exaustivamente debatida pelos parlamentares federais, entendeu-se razoável, proporcional e necessário que o número de Vereadores do Município fosse compatível com o número de habitantes do mesmo, fixando assim, um número mínimo e máximo de Vereadores para cada uma das faixas da população explicitadas. Tal questão, inclusive foi interpretada pelo STF como uma equação matemática, única, rígida e uniforme para todo o País, afastando, totalmente a discussão de que o número de Vereadores derivaria de uma escolha discricionária soberana do Legislador Municipal. Não se está ao livre arbítrio pretendendo que o número de Vereadores para próxima candidatura seja fixado em 17, o que está em pauta é um melhor atendimento à população local, com maior celeridade, transparência nas medidas utilizadas, o que somente será possível com uma maior representatividade política, frisando que sem acarretar nenhuma despesa extra aos cofres públicos. O inciso I do Artigo 1º da Constituição Federal estabelece que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, tendo como fundamento a soberania, leia-se aqui, a soberania popular, que em uma democracia representativa se exerce por

meio da eleição dos representantes dos cidadãos e, desta forma, quanto maior o número de representantes eleitos, maior será a representatividade popular e frise-se, mais uma vez, sem onerar os cofres públicos. Muitos equivocadamente defendem que quanto maior o número de Vereadores na Casa Legislativa, maior a despesa pública. Todavia, totalmente distorcida e inverídica tal afirmação pela simples justificativa de que o repasse do duodécimo às Casas Legislativas não está atrelado ao número de Edis, mas sim a população do Município. Ressaltou ainda que, o voto é a liberdade falada, é a manifestação maior da liberdade política, é o instrumento da democracia e desta forma, em virtude desta proximidade que o Vereador tem com seu povo, ele é, e os pré-candidatos presentes na assistência também serão, o mais cobrado no atendimento aos anseios e necessidades dos munícipes que, quase sempre, são problemas relacionados à competência do Poder Executivo, cabendo a ele fazer uma ponte entre as reivindicações populares e o Prefeito. Assim, quanto maior o número de Vereadores na Câmara maior representatividade e efetividade às respostas aos anseios dos Munícipes. Concluiu dizendo que os Vereadores estavam fazendo sua parte, ressaltou que havia dezenas de pré-candidatos presentes, estavam dando liberdade e abrindo horizontes para que aqueles que sonham em serem legisladores da cidade possam participar do processo político. Acrescentou que estavam consertando um erro que esta Casa cometeu há três anos ao reduzir erroneamente o número de cadeiras. Declarou que falava isso com tranquilidade, pois a própria justiça corrigiu esse erro, mas ao fazê-lo, manteve o número de onze cadeiras, ou dez segundo alguns corpos jurídicos. Afirmou que estavam fazendo a lição de casa, abrindo esta Casa para que possam cada vez mais receber novos colegas. O Ver. Abeilard cumprimentou a todos e lembrou que em 2010, junto com o Sr. Presidente e o Vereador Vicente, iniciaram um movimento para aumentar o número de cadeiras e chamou atenção que nenhum Vereador tem mais mérito no aumento das cadeiras que o Vereador Nisan, que foi hábil, sábio, correto com todos os colegas, mostrou que esse era o melhor caminho e correto com os companheiros que acreditaram que faria isso, finalizando em seguida o seu pronunciamento ao parabenizar o Sr. Presidente.

Despacho: Aprovado em 1ª Discussão. Inclua-se na Ordem do Dia da próxima Reunião em Discussão Final. Em 29/09/15. (a) Nisan César dos Reis Santos – Presidente. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente passou ao **Grande Expediente**, franqueando a palavra ao Vereador Marco Barreto que afirmou que o resultado da apreciação da matéria e das 17 cadeiras tem tudo a ver com a data, quando se comemora o Dia do Vereador, frisando que nada melhor que celebrar a data abrindo espaço para que legitimamente seja trabalhado no próximo pleito a chegada de novos companheiros. Lembrou que passou por três campanhas, que na segunda a mudança ocorreu quando a nominata já estava pronta e naquele

ano se permanecessem as cadeiras como eram antes, teria sido eleito. Fez suas as palavras do Presidente e disse acreditar muito que diversificando, tornando mais plural e ampliando o espaço da discussão, da reflexão e da tomada de posição, mais democrático é. Acrescentou que no fórum dos idosos viu nos conselheiros uma instancia do controle social, do poder que legitima, e aproveitou que a Ouvidora Sueli estava presente para aparar as arestas, que no passado críticas e mais críticas na rede social, palavras pesadas, colocando para a mesma que ouvidoria, conselhos comunitários, conselhos específicos, associações de moradores, tuas essas instancias, servem para aquilatar a democracia. Ressaltou que somos uma democracia representativa, que quanto mais pessoas estiverem mobilizadas melhor. Afirmou que ao chegar trouxe uma idéia que é da própria profissão, o SUS, que trabalha com a descentralização da assistência e também das políticas públicas em si. Declarou que deu o nome de colaboradores espalhados por vários bairros, que infelizmente a pressão de oposição deu nome de fantasmas, mas são de carne, osso e alma. Disse que procurou, para que toda a cidade tivesse colaboradores, em Chaperó, Coroa Grande, Centro e, em nenhum momento qualquer colaborador estava autorizado a fazer vista grossa a qualquer apelo do cidadão itaguaiense. Disse que acreditando do processo de descentralização, a cada mês, fazia curso para politização conscientização do grupo, e também mensalmente o gabinete itinerante, pois é Vereador, mas olhando para o futuro, no grupo já há pessoas capacitadas para serem os próximos Vereadores, citando seu irmão Reinaldo, o Rodrigo, Sidnei, revelando que pediu que não em 2016, mas em 2020 não haverá como controlar, porque o pessoal está cada vez mais consciente, mais preocupado, contando que internamente é muito cobrado. Disse que já ouviu pessoas o chamando de Coronel e afirmando que o exército não é aqui, afirmando que é da saúde do exército brasileiro, que ouve o paciente, não impõe a receita ou procedimento. Lembrou que foi à casa de uma pessoa conhecida chamado para uma emergência, que segundo a neta seria uma trombose e chegando lá, a pessoa não queria ir a uma unidade hospitalar, examinou e percebeu que poderia dar a chance do tratamento domiciliar, declarando que isso é negociação, é o novo modelo de política de saúde onde não se impõe o programa. Disse que até o final de 2016 quer ter o mesmo orgulho que tem de ser médico, o mesmo orgulho de ser Tenente Coronel e quer ainda ter orgulho de ser Vereador. Afirmou que fica vendo os Vereadores mais antigos, com manejo, com desenvoltura, a intervenção, dizendo que os que virão depois terão essa noção que ser Vereador é ser Servidor Público, é promotor de uma distribuição mais justa de renda, de políticas públicas voltadas ao fomento da vida e tem a certeza que Itaguaí vai ser muito melhor. Acrescentou que viu quando o Kifer falava do falecido Marco Aurélio em nenhum espaço de tempo viram o Marco impondo, que quando o convidou para implementar o programa de

saúde mental do Município deu liberdade, orientando a seguir as normas da Coordenação Nacional de Saúde Mental e chegava até ele apresentando os resultados e partiam para outra meta. Disse que ao Marco Aurélio deixar a saúde não via as queixas que ouvem até então, que o Secretário deixou a saúde como gestão plena, que é gestão top no Ministério da Saúde. Afirmou que os atuais Vereadores, que serão os mais antigos dos que virão, que ontem encontrou a Sueli e na saída o Secretário Paulo Wesley e falou que ao ouvir uma queixa vai à autoridade responsável, pois acredita que a gestão dessa autoridade se baseia na performance, na assistência. Relatou que ao chegar recebeu uma reclamação de pessoas que tem que fazer provas e não tem ônibus e ao subir para sessão seu chefe de gabinete trouxe bilhete sobre o problema da Dona Arlete que foi resolvido. Salientou que asseguraram as cadeiras, que está sendo trabalhada uma questão, que talvez as pessoas não saibam, que devido a um Decreto perderam parte do salário, por causa de outro perderiam muito mais, que também é questão política dos Vereadores e está sendo resolvida, mas queria que tivessem uma ação mais coesa no sentido de não tornar a ação como Vereador inócua, que ainda não sabe como fazer, que aposta, talvez por sua formação de médico em saúde mental, em buscar lá no fundo mas no ato do fazer, quando necessitam de mais atores que não são desta Casa, a coisa fica mais morosa, como falou da primeira Lei sobre o reflorestamento das matas ciliares, que já poderiam ter plantado vários hectares de árvores. Afirmou perceber que essa parceria que é tentada e construída no dia a dia baseada, em conflito, em reestudo, em replanejamento, mas a parceria precisa ser no ato de construção, e essa foi sua fala com a Sueli, que aquilo que chega até a autoridade não signifique que a pessoa está querendo destruir, que são de um grupo que deseja a construção de Itaguaí maior. Relatou que ao ser convidado pelo Sr. Presidente a pertencer ao grupo interno, o mesmo falou de equidade gostaria que as políticas públicas fossem assim, que nenhum cidadão fosse esquecido. Disse se aborrecer muito com situações coma a ocorrida com uma pessoa que o ligou, pois estava com a avó na UPA, onde teriam dito que não conseguiria atendimento se não houvesse intervenção de algum Vereador. Declarou que isso denigre a imagem do gestor, do Executivo e dos Vereadores, acrescentando que ao ver o veto a questão da central de regulação se entristeceu, pediu que não ficasse questionando quem é o pai da criança, mas que adotasse a criança, que se a construção de uma central levaria a melhorias na saúde, como é a questão da vaga, que tivesse a central no Rio, a Sisreg, que o laudo do médico fosse para o Estado avaliar em toda a rede onde há vaga. Afirmou que o profissional ou atendente desinformado, que está na ponta, fala ao paciente a questão da intervenção do Vereador, mas isso não é função do Vereador, é do sistema que tem que funcionar desde o médico que vê que precisa de uma vaga e atesta, dá o documento. Levantou outra questão, de uma Lei que não está

sendo cumprida, que é direito do paciente ter seu atestado, laudo ou declaração, que isso não pode ser mercadoria de troca, que o médico é quem deve saber se o paciente precisa ficar em casa ou não, e ter autonomia para dizer ao patrão que precisa. Disse que o médico fica com medo de dar o laudo, pois vai mexer com o sistema porque no Município não tem vaga, fica uma situação de desaviso. Questionou como iriam lutar por uma clínica de hemodiálise sem uma central de regulação e como diriam ao Ministério da Saúde que existia determinado número de casos regulados pela central. Acrescentou que a central tem seus indicadores, seu mapeamento para dizer que seria necessário essa medicina de ponta, demonstrando que uma coisa levaria a outra. Disse que o papel do Vereador, principalmente aqueles que estão chegando, precisa estar muito consciente que muitas vezes tem só glamour e esquece os complicadores, pois o próprio papel do Vereador na cabeça do cidadão itaguaiense não está muito bem definido. Declarou que se precisa de vaga, tem que ser conseguida pelo aparato do Estado, exemplificando com a UPA como fica a situação do profissional que precisa atender, mas não tem a caneta para fazer o trabalho no dente do paciente, que fica angustiado por ser pago para atender e leva a caneta de casa e outro profissional diz que ele não pode trazer a caneta de casa, que tem no almoxarifado, mas é obrigação do Estado comprar a caneta. Disse que isso não pode acontecer, que se a UPA foi municipalizada e a cooperativa funciona de acordo com o contrato firmado, essa situação não pode ocorrer. Parabenizou todos os edis, se colocou a disposição para colaborar com o trabalho de todos e contou que no dia anterior preparava uma proposta de emenda a Lei Orgânica em relação ao papel do cuidador e no fórum o presidente da Comissão Willian Cezar presenciou um usuário afirmar que precisavam do cuidador do idoso. Lembrou que já propôs uma Lei do cuidador das crianças portadoras de necessidades especiais e dos super dotados, pois quem tem uma criança hiperativa sabe a dificuldade que há no manejo da criança. Disse ter debruçado na questão para fazer o trabalho de casa e leu no regimento que precisa de um terço, precisando dos Vereadores para a alteração e ressaltando que ninguém trabalha sozinho. Disse querer que nesse novo tempo, no espaço de tempo que resta, colaborar com quem precisar, com aquilo que sabe, com o que puder colaborar com o saber do outro e finalizou pedindo que sejam mais articulados. Nada mais havendo para constar, o Sr. Presidente encerrou a presente Sessão marcando a próxima para o dia 06 de outubro em horário Regimental. Eu, Milton, redigi esta Ata.

Presidente

Vice Presidente

Primeiro Secretário

Segundo Secretário